

“Eletrobrás é vítima de ‘fogo amigo’”, diz economista

LUNA, Denise. “Entrevista com Elena Landau: ‘Eletrobrás é vítima de ‘fogo amigo’””. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 30 de janeiro de 2018.

Seis meses após deixar a presidência do Conselho de Administração da Eletrobrás, a economista Elena Landau – que foi diretora da área de desestatização do BNDES no governo Fernando Henrique Cardoso – vê pouca chance de a estatal ser privatizada em 2018. Ela vê indícios de “fogo amigo” nos obstáculos que a venda das distribuidoras da empresa vem enfrentando, e avalia que houve precipitação do governo no anúncio da privatização com um modelo fechado.

Para ela, o jogo começou agora, depois do envio do projeto de lei da privatização ao Congresso, e muita coisa ainda será discutida. A economista, que recentemente deixou o PSDB e se juntou ao Livres, disse ao Estadão/Broadcast que não vai se candidatar a nada, mas que vai lutar, junto com o Livres, para que o próximo presidente da República tenha uma agenda afinada com o pensamento liberal. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Por que a privatização da Eletrobrás está encontrando tantos obstáculos?

O problema principal da Eletrobrás para privatização são as distribuidoras. Aí houve erro mesmo na condução, na definição do modelo, nos prazos não respeitados. Acho que a decisão da Eletrobrás de colocar na Assembleia Geral Extraordinária de 8 de fevereiro a possibilidade de liquidação (das distribuidoras) absolutamente correta, porque só com a possibilidade de liquidação na mesa é que as pessoas vão levar a sério (a privatização).

O que está dificultando a venda das distribuidoras?

A Eletrobrás está sofrendo nesse processo da privatização de um “fogo amigo”. É de dentro do governo, é de dentro da Eletrobrás, é de dentro do ambiente institucional que as restrições à privatização das distribuidoras estão saindo. Eu enfrentei isso na Vale (quando era diretora do BNDES), era mais fácil conversar com os sindicalistas do que com o presidente da empresa na época. Mas fora da privatização não há saída para a Eletrobras.

Acha possível a privatização sair ainda este ano?

O jogo está começando agora, e eu acho que o governo vai ter de estar disposto a negociar, sem abrir mão da filosofia do modelo, sem abrir mão dos princípios que colocou, mas ouvindo mais o próprio Congresso. Não tem alternativa, o projeto de lei está lá e acho que deveria ter ido com regime de urgência, porque a situação da Eletrobrás é urgente.

A venda pode ficar para 2019?

Eu nunca vi uma empresa do tamanho da Eletrobrás ser privatizada em um ano, então esse negócio de dizer que tem de ser em 2018, se você está indo para um projeto de lei e

nem começaram os trabalhos do legislativo ainda, não vejo como fazer este ano.

A privatização sofre também a resistência de outros setores, como na década de 1990, quando havia forte resistência dos trabalhadores?

As pessoas não estão nem aí para a privatização das distribuidoras da Eletrobrás. São perdas de 40% (da operação de energia), salários de R\$ 80 mil. A população não quer mais isso, quer prestação de serviços. O contexto da privatização agora está bem diferente, porque a reforma do Estado está muito mais ampla.

Como assim, mais ampla?

(A privatização) tem um papel importante na reforma do Estado, que não é aquela arrecadação fiscal do ano de exercício. É que o Estado brasileiro tem de caber em outra caixa, essa história do Brasil que a gente tem até hoje não cabe mais dentro dos impostos, dentro da Previdência, dentro dos gastos sociais que você precisa. Então a privatização hoje é parte dessa mudança total do Estado na economia.

Além das distribuidoras, o que pode fazer com que a venda da Eletrobrás não saia este ano, como quer o governo?

O que está acontecendo agora é que está sem governança, cada um fala um pouquinho. O BNDES está muito ausente dos movimentos de privatização, ficou meio dividido entre o ministério setorial, Fazenda e o Planejamento. No passado, essas pessoas tinham vozes, mas você tinha uma concentração em torno do Conselho Nacional de Desestatização (CND), que tinha um ministro forte e o BNDES, que lidava com os consultores, então não ficava tão espalhado.

Quando a sra. estava na presidência do conselho de administração da Eletrobrás já se falava em privatização da empresa?

Eu digo que a privatização da Eletrobrás foi o maior legado do governo Dilma. Ela fez a empresa participar de projetos estruturantes com redução de tarifas, isso não podia dar certo, foi isso que levou à privatização. A privatização foi uma opção à descotização (permissão para que a Eletrobrás venda a valores de mercado a energia de hidrelétricas antigas que hoje operam em um chamado “regime de cotas”, com baixos preços). Quando falaram em descotização para a Eletrobrás a reação foi muito ruim, todos nós, administradores, fomos contra, porque tiraria as usinas da Eletrobrás sem tirar o passivo. Ela tem de se capitalizar no mercado para comprar as outorgas.

O que a fez deixar o conselho de administração da empresa?

Eu saí de lá porque eu queria entrar mais na atividade política, dar mais opiniões, coisa que um presidente de empresa de capital aberto não pode fazer. Eu já tinha completado um ano e as mudanças já tinham sido feitas, o PDV (Programa de Demissão Voluntária) encaminhado, a venda de ativos de transmissão independente de privatização, achava que a privatização das distribuidoras já estava encaminhada. Acho que foi uma decisão correta.

E agora, pensa em se candidatar ou participar de algum futuro governo?

Eu não vou me candidatar a nada. Só acho que 2018 é um ano muito decisivo. Estou envolvida com a renovação política, com o Livres, para ajudar em uma agenda mais liberal. O brasileiro é muito viciado em Estado, o brasileiro poupa muito pouco, acha que tudo é obrigação do Estado, a universidade pública é obrigação do Estado, a aposentadoria a qualquer momento é obrigação do Estado, o nível de educação é obrigação do Estado. Acho que vai ter de ter um certo desmame.